

# Silva Lopes afirma que o novo imposto revela “desequilíbrios na repartição dos sacrifícios”

O antigo governador do Banco de Portugal não tem dúvidas de que há uma “longa e dolorosa estrada” de austeridade

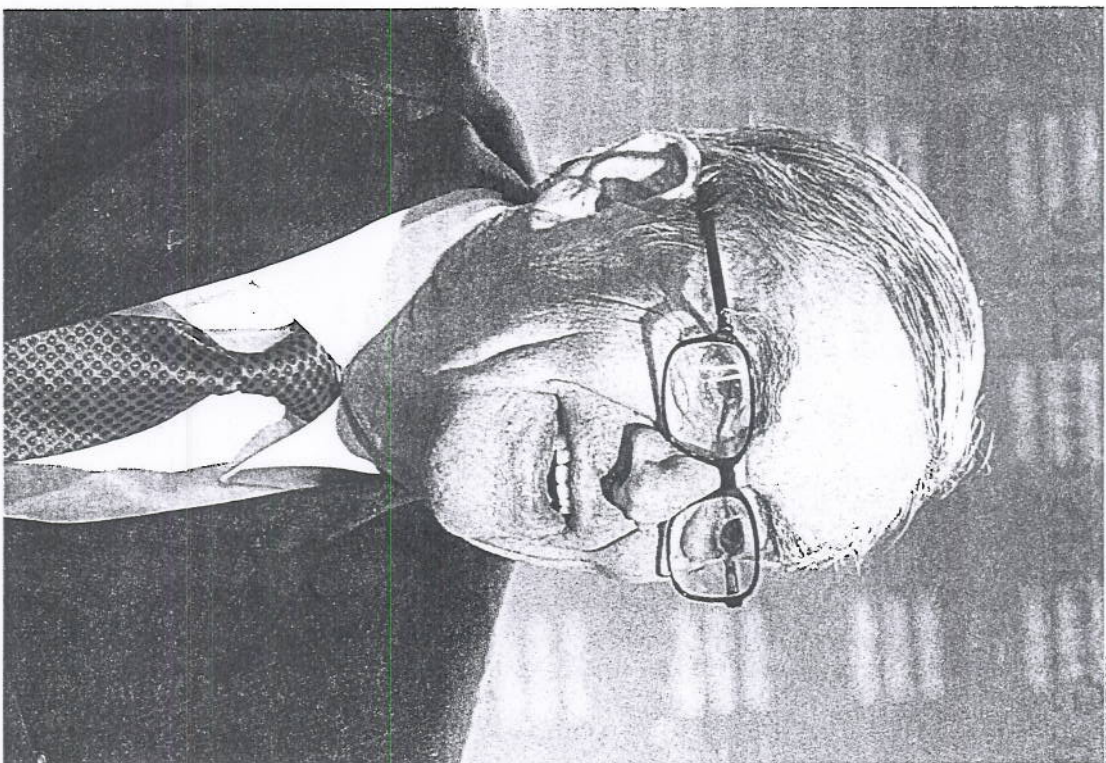
● O economista José Silva Lopes alertou ontem que o corte no I3.º mês, anunciado pelo primeiro-ministro na semana passada, evidencia um “desequilíbrio na repartição dos sacrifícios”. “Cai sobre quem tem rendimentos sujeitos a englobamento em IRS; quem tem juros e dividendos não vai pagar nada”, afirmou o antigo governador do Banco de Portugal, em Lisboa.

A nova contribuição especial, anunciada pelo primeiro-ministro na apresentação do programa do novo Governo, será de 50 por cento sobre o valor do subsídio de Natal que acresce a um salário mínimo nacional (485 euros). O ministro das Finanças deverá divulgar detalhes da medidas até ao final da próxima semana.

À margem da conferência “E depois da *troika*?”, organizada pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Universidade de Lisboa e pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Silva Lopes acrescentou que a medida representa o começo “de uma longa e dolorosa estrada” que Portugal terá de percorrer.

Questionado sobre a necessidade de novas medidas de austeridade, Silva Lopes disse não ter dúvidas que tal irá acontecer. “Quanto a mais austeridade não tenho dúvidas. Ou reduzimos a despesa ou aumentamos a receita”, acrescentou.

O economista, que já havia deixa-



MIGUEL MADEIRA

## Economista critica a resposta europeia à crise

do várias críticas à falta de resposta da União Europeia sobre a actual crise, defendeu como “fundamental” a emissão de *Eurobonds* [títulos de dívida europeus], num nível superior às actuais obrigações europeias que são utilizadas para financiar planos de resgate. O economista é, também,

partidário de um orçamento comunitário com maior dimensão e ainda um imposto sobre transacções financeiras, cuja receita fosse encaminhada não para os orçamentos nacionais, mas para os cofres europeus.

## CGD apoia empresas

Na mesma conferência, o presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD) revelou que o banco aumentou o crédito às empresas em 2,3 por cento nos primeiros cinco meses do ano face ao mesmo período de 2010. Faria de Oliveira defende que, na concessão de empréstimos, devem ser favorecidas as pequenas e médias empresas (PME) e as empresas exportadoras.

O líder do banco público defendeu a transferência do crédito a particulares para as empresas. “Na política de crédito, as instituições procuram tanto quanto possível definir as suas proximidades de acordo com a necessidade do país, das empresas e dos seus clientes. Isto significa apoiar fortemente as pequenas e médias empresas (PME) e as exportadoras”, sublinhou.

Para Faria de Oliveira, neste momento, vive-se um “novo paradigma na banca”, que passa pela “necessidade de desalavancagem, venda de activos não *core* [não estratégicos] e diversificação de activos devido ao esgotamento do modelo de crescimento com grande peso do sector imobiliário”.

Este novo ciclo do sistema bancário exige, ainda, o “reforço da eficiência operacional e produtividade e a transferência da concessão de crédito de particulares para as pequenas e médias empresas (PME) e empresas exportadoras”, acrescentou. **PÚBLICO/Agências**